



GESTÃO PARTICIPATIVA: UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS DA AVALIE_CE 2005/2006

Estefânia Maria Almeida Martins

SEDUC – estefania@seduc.ce.gov.br

Sylvia Maria de Aguiar Coelho

SEDUC – sylviac@seduc.ce.gov.br

Introdução

A gestão participativa tem sido objeto de estudos para as organizações e instituições educacionais de ensino em níveis nacional, regional e municipal. Nesta temática vêm sendo abordadas diversas dimensões que refletidas servem para nortear os caminhos em busca de uma escola verdadeiramente democrática.

O objetivo deste artigo é apresentar um quadro geral sobre os organismos colegiados da escola, embasado nos resultados da Auto-Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará (AVALIE_CE 2005/2006) que contempla dentre suas categorias de análise a Gestão Participativa e dentre esta inclui a existência e atuação das entidades representativas e colegiadas.

A AVALIE_CE 2005/2006 encontra-se no seu V Ano de realização e a cada levantamento inclui um maior número de escolas. Pautada nos princípios, da adesão, continuidade, globalidade, não premiação e não punição, seu referencial vem garantindo as escolas avaliar sem medo e utilizar os resultados obtidos de forma autônoma, se prestando tal qual uma bússola – símbolo do SPAECE – para encaminhar a escola para decisões mais próximas ao que é desejado pela comunidade.

Gestão Participativa: comentários sobre os resultados da AVALIE_CE 2005/2006

Nessa dimensão, procurou-se indagar como estão funcionando os Organismos Escolares e como se dão sua participa-

ção e formas de envolvimento nas ações da escola. As indagações, todas centradas nos aspectos relacionados à atuação dos organismos escolares e a participação, aprofundam a compreensão dos alunos, professores, funcionários, pais e núcleo gestor.

Por organismos escolares compreendem-se os conselhos escolares, as associações de pais e mestres, o grêmio estudantil e a congregação de professores e as associações de pais. Esses organismos constituem-se atualmente, importantes instrumentos para colocar em prática uma gestão descentralizada e democrática da educação. É também uma forma de envolver e dividir as responsabilidades, chamando a comunidade para participar da difícil tarefa de promover uma gestão democrática e de sucesso.

Dentro desta visão, a partir da década de 90 e como signatário das definições tomadas, em 1990, pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, o Brasil elege a educação básica de qualidade como prioridade. Assim, ao elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos em 1993, propõe

Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso: fortalecendo a gestão democrática da escola mediante a constituição e aperfeiçoamento de Colegiados Escolares que participem ativamente da definição dos objetivos de ensino e da avaliação de seus resultados. (BRASIL. MEC, 1993, p. 40).

A SEDUC, pautada nos princípios da participação e descentralização incentiva que os CREDE e as escolas adotem esses mecanismos.

Assim sendo, quando o MEC cria os Conselhos Escolares, com o objetivo de fiscalizar os recursos, no Ceará esses já funcionavam tendo como competências: a deliberativa; consultiva; normativa e fiscalizadora / avaliativa. Esse organismo seria



responsável juntamente com o Núcleo Gestor pela coordenação, em parceria com a direção, do processo de elaboração ou reelaboração do Regimento Escolar, do Plano de Desenvolvimento da Escola, entre outras atividades.

Procurou ainda, incentivar a organização dos segmentos alunos e professores em suas entidades representativas: Grêmios Escolares, Congregação dos Professores. Em seguida, apresentam-se os resultados da AVALIE_CE, relacionados ao desempenho dos referidos organismos colegiados.

O Conselho Escolar

De um total de 641 escolas da rede estadual existentes, 521 realizaram a AVALIE_CE 2005/2006. Destas, 515 (99,4% dos participantes) confirmaram a existência de Conselhos Escolares. Para o real funcionamento desses conselhos torna-se necessário que esses conheçam suas funções. Pelos resultados absolutos, 496 deles (97,8%) têm conhecimento de suas funções e das atribuições inerentes a essa.

Desse mesmo total, 375 (74,9%) possuem Estatuto e funcionam sistematicamente (90%), restando um percentual significativo de 25,1% dos respondentes, que declararam não existir estatuto no Conselho. (Quadro 1)

Na representação dos diversos segmentos participantes da AVALIE_CE, expressa nos resultados quantitativos, pode-se afirmar que os Conselhos Escolares têm exercido suas funções nas escolas de forma satisfatória, embora necessitem programar ações que exerçam influências mais eficazes nas atribuições concernentes à sua atuação no ambiente escolar. Essa observação levou os Credes a refletirem sobre a ação dos Conselhos:

A ação dos Organismos Colegiados é de fundamental importância no processo de melhoria dos servi-

Quadro 01 – Existência e funcionamento dos organismos escolares

Organismos	Existe				Têm conhecimento das funções/atribuições				Possui Estatuto				Funciona sistematicamente			
	Sim		Não		Sim		Não		Sim		Não		Sim		Não	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Conselho Escolar	515	99,4	3	0,6	496	97,8	11	2,2	375	74,9	126	25,1	454	89,9	51	10,1
Comitê Gestor	473	91,8	42	8,2	450	92,8	35	7,2	368	76,7	112	23,3	351	72,2	135	27,8
Associação Pais	57	11,9	423	88,1	45	14,8	259	85,2	31	10,2	272	89,8	35	11,5	270	88,5
Associação de Pais e Professores	164	33,5	326	66,5	150	45,3	181	54,7	34	10,5	291	89,5	113	34,0	219	66,0



ços prestados na escola e na existência destes em todas as unidades escolares da rede estadual. É um fator que revela avanços no processo de democratização nesses espaços, bem como no seu entorno, pois envolve a comunidade através de seus representantes (Crede 04- Camocim, p.34).

Os membros do Núcleo Gestor e pais consideram boa a atuação do Conselho Escolar e afirmam que, promover a colaboração e participação ativa da comunidade escolar na implementação de Projetos e Programas nas escolas e outras atividades afins, constituem-se num pressuposto fundamental para uma gestão democrática (Crede 10 – Russas)

O Conselho Escolar, embora não seja o único instrumento de implementação para a democracia na escola, representa qualitativamente os anseios e as vontades da comunidade, que nele deposita as esperanças nas soluções para os problemas existentes no meio escolar. Assim, as reuniões de trabalho constituem-se a principal estratégia de encontro para planejar, discutir e decidir sobre as necessidades da comunidade escolar. No quadro abaixo, apresenta-se a freqüência com que acontecem as reuniões do Conselho.

Quadro 2 – Distribuição da freqüência de Reuniões do conselho escolar

Mensal		Bimensal		Semestral		Anual	
ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
273	52,9	198	38	41	7,9	4	0,8

Dados: AVALIE_CE 2005/2006

Segundo os dados, nota-se a predominância de reuniões mensais em 52,9% das escolas, seguidas daquelas que somente se reúne de dois em dois meses (38%). Apesar do funcionamento sistemático de reuniões na maioria das esco-

las, ainda há 04 das 515 que declararam se reunir com os conselhos apenas uma vez por ano.

Sabe-se que a política de descentralização das ações, seja educativa, administrativa ou financeira, utiliza como apoio o Conselho Escolar, órgão mais importante de uma escola autônoma, portanto, co-responsável pelo sucesso das ações da escola, seja por demanda da Secretaria da Educação – SEDUC, do Centro Regional de Desenvolvimento Educacional – CREDE ou dela própria, espera-se maior atuação dos Conselhos Escolares, notadamente nas 41 escolas que vem realizando no máximo duas reuniões por ano bem como nas 4 que se reúne apenas uma vez por ano. O comportamento das escolas em apreço, foge do modelo de gestão implementado pela política governamental, depositária da crença de uma gestão escolar participativa e democrática.

O Conselho Escolar, segundo os CREDE vem realizando uma importante ação na escola, “dando um suporte significativo nas tomadas de decisão da escola e ainda no que concerne a aquisição de material para uso dos serviços escolares” (Crede 02 – Itapipoca).

Como resultado desse trabalho, os Conselhos Escolares, foram bem avaliados pelo Núcleo Gestor (65%) Professores (61,1%), funcionários (71,8%) e pais (69,9%). Como se vêem os percentuais mais altos foram atribuídos por funcionários e pais. No que pese a avaliação dos alunos esse segmento foi o que menos considerou boa à avaliação do Conselho Escolar, 55% (E.F.) e 44,7% (E.M). (Quadros 03, 04 e 05 em anexo).

Grêmios Estudantis

No que diz respeito ao Grêmios Estudantis, entidade representativa, autônoma que objetiva coordenar as lutas dos estudantes em prol de uma escola que atenda suas necessidades, funciona em cerca de 473 escolas estaduais (92%). Essas, também, afirmaram conhecer suas funções e atribuições.



A organização dos alunos em grêmios está amparada por uma legislação que inclui a Lei Federal nº 7.398/85 e a Lei Estadual nº 13.344/2004. Para funcionar adequadamente, os grêmios devem ainda ser regidos por estatutos e regimentos, que são elaborados em acordo com a realidade de cada escola.

Ao serem perguntados sobre a situação de regularização do estatuto, 76,7%, das escolas responderam existir. Isso significa que esses grêmios estão tendo uma orientação próxima da realidade escolar.

Compor chapas e realizar eleições pode-se dizer que é uma atividade relativamente fácil, porém, fazer atuante uma direção estudantil, sem que esta seja aparelhada por partidos políticos e nem tutelada pela direção da escola, isso sim representa uma real dificuldade. Segundo informação das escolas, 72,2% dos grêmios estão funcionando de forma sistemática.

Verifica-se um aumento significativo desses dados em se comparando como os resultados da AVALIE_CE 2003/2004. Uma hipótese para esse fato, deve-se ao incentivo de criação e expansão dos grêmios estudantis no Estado do Ceará, como política de governo, implementado através da Secretaria da Juventude. Ainda em 2003, na aplicação do Ano IV da Avaliação Institucional, o comentário era a de que haveria “um longo caminho a percorrer no processo de consolidação dos Grêmios” (Relatório Avaliação Institucional 2003 p.53). Pode-se dizer que o caminho começou a ser trilhado.

Apesar desse salto quantitativo, ainda há muito a ser realizado em termos da atuação, inclusive, a criação desse organismo ainda não está totalmente consolidada: “A atuação dos grêmios ainda acontece de forma tímida, sendo que 25,8% alunos do ensino médio acham sua atuação ruim” (Crede 09 – Horizonte).

Quanto à atuação, verifica-se que há restrições pelos baixos percentuais que consideram boa a sua atuação. Foram assim avaliados por: 37,4% dos núcleos gestores, 30,1% dos

professores; 36,3% dos funcionários; 48,1% dos pais. São os pais o segmento que melhor avalia a atuação dos Grêmios. Os percentuais que reconhecem uma atuação apenas regular são: 44,6% dos núcleos gestores e 37,01% dos professores. (Ver quadros 03; 04 e 05 em anexo)

Acrescente-se a esses resultados, as opiniões dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, cujo julgamento transparece considerar em seu organismo representativo um colegiado pouco atuante, apresentando índices de atuação regular e ruim em torno de 61%, respectivamente.

Tais dados evidenciam a necessidade de revisão na forma de atuação dos grêmios estudantis: formação para o colegiado, maior participação nas ações da escola, acompanhamento, divulgação e implementação das ações, enfim, maior reforço nas suas atribuições, a opinião dos alunos relatada pelo CREDE 10 e 11 revelam essa situação:

Pode-se perceber que os alunos do Ensino Fundamental e Médio (47,85%) e representantes dos Núcleos Gestores afirmam que envolver os docentes, não docentes, alunos e demais responsáveis pela educação na dinâmica das atividades cotidianas da escola, asseguram relações efetivas e regulares com a comunidade educativa, fomentando o espírito de cooperação, solidariedade e ajuda....(Crede 10-Russas)

Embora na opinião de todos os segmentos predomine o conceito regular e às vezes até bom, torna-se evidente a necessidade de uma maior participação dos estudantes através do grêmio estudantil, para que possam ter uma representatividade expressiva e responsável (Crede 11- Jaguaribe)

Torna-se necessário que a escola perceba que se aluno é a razão da existência da escola, o Grêmio Estudantil precisa se



constituir em entidade que potencie as lutas e represente os estudantes em seus anseios.

Associações de Pais e a Congregação de Professores

Outros organismos representativos das escolas são as Associações de Pais e as Congregações de Professores, também incluídas nesta aferição. Historicamente esses organismos existiam na maioria das escolas públicas, bem antes da criação dos Conselhos Escolares, hoje, porém, têm pouca representatividade ou praticamente inexistem em boa parte das escolas, o que pode ser constatado pelos percentuais apresentados no Quadro 01.

Os dados demonstram que 88% das escolas respondentes dizem não existir Associações de Pais. Quanto às Congregações de Professores, 66,5% das escolas afirmam a não existência das mesmas, portanto, o não funcionamento delas. Esse sentimento pode ser percebido pelas declarações constantes nos Relatórios dos Credes, a exemplo do Crede de Acaraú:

Na grande maioria das escolas inexistente a Congregação de Professores ou não funciona de forma regular. Por outro lado, é necessário que a escola trabalhe no sentido de sensibilizar os pais com vistas a se organizarem em associações escolares para que a gestão democrática e participativa seja legitimada (Crede 03-Acaraú)

Dada a inexistência de associações de pais e congregações de professores, constata-se, por conseguinte, um elevado percentual de respostas que afirmam não possuir estatutos apresentando um percentual de 89,8% e 89,5%, respectivamente, o que vem confirmar a afirmação anterior.

Tal constatação, anteriormente detectada no Relatório da Avaliação Institucional 2003, já questionava sobre o discurs-

so recorrente de uma gestão escolar participativa e democrática que, entretanto, na prática não ocorre, afirmação sinalizada pelo não funcionamento sistemático desses organismos.

A respeito da atuação dos demais organismos, fica evidente a pouca atuação ou inexistência da Associação de Pais e da Congregação de Professores, opinião formalizada pelos vários segmentos, até mesmo pelos pais respondentes, segmento que, geralmente demonstra ter pouco conhecimento das ações realizadas pela escola.

Ressalte-se que apenas 31% dos professores afirmaram existir esse organismo em sua escola considerando ter boa atuação por apenas 20,8% dos representantes da categoria, ficando os demais com o conceito regular e ruim. Os depoimentos contidos nos Relatórios dos Credes, reforçam as afirmações:

A Congregação de Professores existe em apenas 30% das escolas; seus membros conhecem suas funções, funciona sistematicamente, mas nenhuma tem estatuto. Em nenhuma escola existe Associação de Pais (Crede 07 – Canindé).

É necessário que se tenha atenção à coluna “não sabem responder”, em que 11,2% dos próprios professores e 23% dos pais não sabem a respeito de suas associações. É necessário que se reveja e se incremente a participação da comunidade organizada na escola, pois este é um dos fatores de uma gestão democrática que se prolonga a mais de dez anos (Crede 05- Tianguá)

Esses dados são lamentáveis, especialmente quando se trata da Congregação de Professores, uma vez que esse é o fórum apropriado de debates e definições dos aspectos referentes a gestão pedagógica. Ali devem ser discutidos o próprio Projeto Pedagógico da escola, conforme definido na LDB.



Comentários Finais

Em relação às mudanças verificadas entre os dois levantamentos (AVALIE_CE 2003/2004 e 2005/2006), este último confirma a percepção manifestada no relatório da AVALIE_CE 2003/2004, em que não se observou grandes alterações nos encaminhamentos dados aos organismos existentes nas escolas, notadamente a Associação de Pais e Congregação de Professores.

Entretanto, neste V Ano, pode-se observar, a partir das respostas e dos depoimentos dos respondentes, que nos Grêmios Estudantis, ainda que pequenas, ocorreram mudanças, necessitando ainda de incrementos que reforcem a qualidade do seu funcionamento.

Quanto aos Conselhos Escolares, a melhoria foi significativa do ponto de vista quantitativo, existindo hoje na quase totalidade das escolas. Estes porém carecem de um maior acompanhamento e capacitação no sentido de uma apropriação de suas funções e atribuições. Destaca-se como de grande significância o fato de terem sido esses organismos que coordenaram e realizaram nas escolas a AVALIE_CE 2005/2006.

Referencias Bibliográficas

BRASIL.MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos**, Brasília, MEC, 2003.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Programa Nacional de **Fortalecimento dos Conselhos Escolares: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública** / elaboração Genuíno Bordignon –Brasília: MEC, SEB, 2004 – p.09

CEARÁ/SEDUC/CEPAE. **Relatório Auto-Avaliação institucional – AVALIE_CE 2005/2005 – Rede Estadual**, Edições SEDUC, Fortaleza, 2006.



CEARÁ/SEDUC/CEPAE. **Relatório Geral da Avaliação das Escolas Públicas do Ceará** – Fortaleza, 2003.

CEARÁ/SEDUC. Diretrizes para Educação Básica 2006 – SEDUC: Fortaleza, 2005.

ANEXOS

Quadro 03 – Resposta do núcleo gestor e professores sobre a atuação dos organismos escolares.

Organismos	Boa			Existe Regular			Ruim			Não Existe			Nº de Respond.			Não opinaram		
	Abs	%		Abs	%		Abs	%		Abs	%		Abs	%		Abs	%	
Núcleo Gestor	1400	65,5		664	31,0		54	2,5		13	0,6		2131	99,6		8	0,1	
	799	37,4		953	44,6		177	8,3		153	7,2		2082	97,3		57	2,6	
	78	3,6		146	6,8		79	3,7		1560	72,9		1863	87,1		276	12,9	
Professores	437	20,4		248	11,6		29	1,4		1211	56,6		1925	90,0		214	10,0	
	7943	61,1		3980	30,6		505	3,9		163	1,3		12591	96,8		416	23,2	
	3913	30,1		4863	37,4		2391	18,4		1196	9,2		12363	95,0		644	4,9	
	469	3,6		794	6,1		585	4,5		9293	71,4		11141	85,7		1866	14,4	
	2703	20,8		1178	9,1		278	2,1		7354	56,5		11513	88,5		1494	11,5	

Quadro 04 – Resposta dos funcionários e pais sobre a atuação dos organismos escolares.

Organismos	Existe						Nº de Responde		Não opinaram		Não sabem responder			
	Boa			Ruim			Abs	%	Abs	%	Abs	%		
	Abs	%	Abs	%	Abs	%								
Funcionários	4884	71,8	1483	21,8	140	2,1	31	0,5	6538	96,1	177	2,6	85	1,3
	2471	36,3	2564	37,7	796	11,7	459	6,8	6290	92,5	401	5,9	109	1,6
	430	6,3	368	5,4	151	2,2	4805	70,7	5754	84,6	837	12,3	209	3,1
	1465	21,5	589	8,7	92	1,4	3859	56,8	6005	88,3	648	9,5	147	2,2
	20376	69,9	4630	15,9	473	1,6	353	1,2	25832	88,7	1660	5,7	1640	5,6
Pais	14010	48,1	6939	23,8	1579	5,4	1590	5,5	24118	82,8	2722	9,3	2292	7,9
	1958	6,7	1059	3,6	755	2,6	19464	66,8	23236	79,8	4587	15,7	1309	4,5
	5659	19,4	1550	5,3	339	1,2	15623	53,6	23171	79,5	3977	13,7	1984	6,8



Quadro 05 – Resposta dos alunos de 5ª a 8ª série do EF e Ensino Médio sobre a atuação dos organismos escolares.

Organismos	Boa		Existe				Ruim		Não Existe		Nº de Respond.		Não opinaram		Não sabem responder	
	Abs	%	Regular		Ruim		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
			Abs	%	Abs	%										
Conselho Escolar	9607	55,2	5655	32,5	892	5,1	139	0,8	16293	93,6	585	3,4	533	3,1		
Grêmio Estudantil	5898	33,9	5835	33,5	3277	18,8	1255	7,2	16265	93,4	892	5,1	254	1,5		
Associação de Pais	953	5,5	903	5,2	477	2,7	11443	65,7	13776	79,1	3036	17,6	579	3,3		
Congregação de Professores.	3292	18,9	1622	9,3	355	2,0	8685	49,9	13954	80,1	2300	13,2	1157	6,6		
Conselho Escolar	14047	44,7	11798	37,5	2937	9,3	373	1,2	29155	92,8	1333	4,2	936	3,0		
Grêmio Estudantil	7985	25,4	10446	33,2	8888	28,3	1909	6,1	29228	93,0	1768	5,6	428	1,4		
Associação de Pais	1661	5,3	2593	8,3	1697	5,4	21109	67,2	27060	86,1	3038	9,7	1326	4,2		
Congregação de Professores.	5508	17,5	4050	12,9	723	2,3	16393	52,2	26674	84,9	3096	9,9	1654	5,3		